

<b>RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA</b>
<b>INFORMAÇÕES GERAIS</b>
<p><b>Tema da Oficina:</b> Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p><b>Objetivo da Oficina:</b> Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p><b>Comunidade:</b> Regional Sudeste 01, comunidade presentes: Chapada de Natividade (Associação Visão de Águia), São José, Riachão, Redenção, Baião, Poço Dantas, Lajinha, São Joaquim, Lajeado.</p> <p>Comunidades convidadas ausentes: Brejão.</p> <p><b>Local:</b> Sede da Associação da Comunidade Quilombola São Joaquim, município de Porto Alegre do Tocantins.</p> <p><b>Data:</b> 22, 23 e 24 de agosto de 2025.</p> <p><b>Duração:</b> 3 dias</p>
<b>EQUIPE ENVOLVIDA</b>
<p><b>Moderador (a):</b> João Martins (Plantuc), Celenita Gualberto</p> <p><b>Relator (a):</b> Ana Paula Mendes e Bárbara Cruz</p> <p><b>Facilitador (a) Gráfico:</b> Celenita Gualberto</p> <p><b>Técnico (a) em Comunicação:</b> Equipe Public</p> <p><b>Recreador (a):</b> Patrícia Dias</p> <p><b>Articulador (a) Comunitário(a):</b> Celenita Gualberto</p> <p><b>Representante do Poder Público:</b> Isabel Acker (SEMARH) e Jarlene Santana (SEPOT)</p> <p><b>Outros participantes com papel relevante:</b> Roseneide Sena, Pedro Andrade, Bárbara Cruz e Ana Paula Mendes (Consultores TOCAR), Edvane Nepomuceno (Ex- vice prefeita de Porto Alegre do Tocantins), Neire Arruda (Secretária de Serviço Social de Porto Alegre do Tocantins) e Marcelo Farias ( Secretário de Igualdade Racial de Porto Alegre do Tocantins).</p>
<b>DIA 01: SEXTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2025</b>
<p><b>PARTICIPANTES</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Angelino Barbosa Ferreira (Comunidade São Joaquim)</li> <li>2. Domingos B. da Silva (Comunidade São Joaquim)</li> <li>3. Gabriella Barbosa Cezário (Comunidade São Joaquim)</li> <li>4. Eliene B. Furtado (Comunidade São Joaquim)</li> <li>5. João Barbosa Cezário (Comunidade São Joaquim)</li> <li>6. Maria Karla Bispo Nunes (Comunidade São Joaquim)</li> <li>7. Elcidinha Rodrigues da Silva (Comunidade São Joaquim)</li> <li>8. Almir Marques da Silva (Comunidade São Joaquim)</li> <li>9. Luciana Bispo dos Santos (Comunidade São Joaquim)</li> <li>10. Vicente Bispo Soares (Comunidade São Joaquim)</li> <li>11. Leildo Barbosa Furtado Cezário (Comunidade Novo Alegre)</li> <li>12. Letícia Nunes da Silva (Comunidade São Joaquim)</li> <li>13. Marciano Gonçalves Bispo (Comunidade Boa Vista)</li> <li>14. Eltimar Bispo Soares (Almas)</li> <li>15. Kesia Bispo Rodrigues (Comunidade São Joaquim)</li> <li>16. Maria Batista Leite (Comunidade Riachão)</li> </ol>

17. Faustino Rodrigues Neto (Comunidade Riachão da Serra)
18. Neíre Gomes de Arruda (Primeira Dama de Porto Alegre)
19. Marcelino Bonina Farias (Porto Alegre-TO)
20. Maria Bispo Furtado (Comunidade São Joaquim)
21. Valdivino S. Luiz (Comunidade Lajeado)
22. Pedro Luiz
23. Jefferson Souza Leite (Comunidade São Joaquim)
24. Amanda Gonçalves Leite (Comunidade Riachão)
25. Claudinei A. Gonçalves (Comunidade Riachão)
26. Darleno Avelino dos Santos (Comunidade Lajinha)
27. Edvam P. N. Sousa (Porto Alegre-TO)
28. Jussimar Bispo Furtado Soares (Comunidade São Joaquim)
29. Joana Ribeiro de Deus (Comunidade São Joaquim)
30. Laelson Ribeiro de Souza (Representante COEQTO)
31. Guilherme Ribeiro de Souza (Comunidade São Joaquim)
32. Edenilson Reis Ribeiro de Souza (Comunidade São Joaquim)
33. Geísa Ribeiro de Souza (Comunidade São Joaquim)
34. Luiza Bispo Soares (Comunidade São Joaquim)
35. Iracy Bispo de Souza (Comunidade São Joaquim)
36. Eliene F. C. de Almeida (Comunidade Baião)
37. Adma Quirino de Souza (Comunidade Baião)
38. Ledivan Pereira Cardoso (Comunidade Baião)
39. Deuzelina de França Dias (Comunidade São José)
40. Lucimeire de França D. Guimarães (Comunidade São José)
41. Lourenço Gonçalves de Almeida (Comunidade São José)
42. Samuel de França Guimarães (Comunidade São José)
43. Admilson Bispo Rodrigues (Fazenda Alto Alegre)

### **Credenciamento e Acolhida**

O credenciamento teve início às 15h00, seguido de um momento de confraternização, com lanche oferecido aos participantes.

### **Abertura da Oficina Participativa**

Isabel (ponto focal do estado) iniciou a oficina às 16h05, dando boas-vindas e apresentando a equipe estado presente. Em sua fala, destacou a importância da presença de todos, agradeceu a hospitalidade dos anfitriões e ressaltou que o Estado, além de trazer informações sobre o programa, busca também ouvir a comunidade acerca de suas demandas.

Jarlene (ponto focal do estado) expressou agradecimentos à Sra. Joana pela recepção, enfatizando que o momento é de aprendizado e reflexão. Ressaltou ainda que a política pública em pauta está em fase de construção, sendo essencial a escuta das comunidades para sua efetivação. Para ilustrar, utilizou uma analogia com o gosto pelo café, incentivando a comunidade a se engajar ativamente na construção da política em benefício coletivo. Também deu boas-vindas à comunidade de Riachão, recentemente certificada.

Laelson (representante da COEQTO) na sequência, explica que a COEQTO (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins) é uma

entidade que representa 53 comunidades reconhecidas. Explicou que a missão do conselho é apoiar as comunidades, colocando-se à disposição para dialogar sobre o programa e contribuir para a sua compreensão e implementação.

Isabel (ponto focal do estado) reforçou as boas-vindas aos presidentes das comunidades presentes, mencionando nominalmente cada um deles.

Joana (presidente da associação de São Joaquim), anfitriã, deu boas-vindas a todos os presentes, convidou-os para um momento de oração em intenção da oficina e agradeceu a participação das comunidades, da equipe do Estado e da equipe de logística.

Isabel (ponto focal do estado) convidou os presidentes de comunidades que desejassesem a se manifestar.

Darleno (presidente comunidade Lajinha) deu as boas-vindas, ressaltando que já havia escutado informações sobre o programa e demonstrando interesse em aprofundar seu conhecimento.

Valdivino (presidente comunidade Lajeado) deu as boas-vindas, agradeceu ao Estado por comparecer para ouvir as comunidades e manifestou a expectativa de que as contribuições locais sejam de fato implementadas. Destacou que sua participação tem como objetivo aprender.

Claudinei (presidente comunidade Riachão) em nome da comunidade Riachão recentemente criada, agradeceu o convite e afirmou que ainda estão em fase inicial de organização. Ressaltou a satisfação em participar e a intenção de levar informações relevantes à sua comunidade, incentivando que a timidez não impeça a formulação de perguntas e esclarecimentos.

Eliene (presidente comunidade Baião) agradeceu a oportunidade e destacou o desejo de aprender mais sobre o programa.

Celenita (moderadora) deu as boas-vindas e agradeceu a presença das lideranças. Apresentou as equipes envolvidas na condução da oficina e incentivou os participantes a não saírem com dúvidas, reforçando que poderiam buscar esclarecimentos inclusive nos momentos de intervalo. Ressaltou que a oficina está sendo integralmente registrada (áudio, vídeo e relatoria), explicou o funcionamento da frequência e dos certificados, e convidou os presentes para uma dinâmica de apresentação por meio da canção, onde todas as comunidades se apresentaram: “*Embarca, meu povo, embarca; molha o pé, mas não molha a meia (2x); eu vim de Palmas fazer barulho na terra alheia*”.

### **Explicações sobre o Programa**

Isabel (ponto focal do estado) retomou explicando a função da relatoria (registro fiel de todos os momentos) e da comunicação no processo. Destacou a importância da presença no território e da escuta ativa das comunidades. Ressaltou que, apesar de o tema do JREDD+ parecer complexo, o diálogo possibilitará a construção coletiva de apontamentos que irão contribuir para a formulação da política pública até o

encerramento da oficina. Em seguida, provocou os participantes a compartilharem o que já haviam escutado sobre o JREDD+ e quais dúvidas tinham em relação ao programa.

### **Percepções dos Participantes sobre o JREDD+**

Darleno (presidente comunidade Lajinha) afirmou ter ouvido que o programa se relaciona à discussão sobre créditos de carbono e que os benefícios chegariam por meio de projetos.

Domingos (comunidade São Joaquim) relatou já ter ouvido sobre a venda de créditos de carbono e manifestou interesse em compreender melhor o processo.

Valdivino (presidente comunidade Lajeado) comentou que havia escutado que o governo receberia recursos a partir da comercialização dos créditos de carbono e que este espaço serviria para esclarecer como tais recursos seriam distribuídos e chegariam até as comunidades.

Eliene (presidente comunidade Baião) relata que participou de uma reunião em Palmas, mas saiu muito confusa e não sabe como repassar as informações para a comunidade. Ressalta que o recurso chegará por meio de edital, o que a preocupa, pois nem todos terão acesso. Questiona como serão garantidas as salvaguardas, considerando que as comunidades possuem modos de vida que não devem ser alterados. Enfatiza que o trabalho precisa ser transparente e lembra que o projeto já está pronto, mas as comunidades não foram consultadas no início. Defende que o processo precisa ser acessível às comunidades.

Laelson (representante COEQTO) questiona o que é o JREDD+ e como ele vai dialogar com os territórios, uma vez que, no estado, apenas uma comunidade está em fase final de titulação, processo que não avança. Destaca a necessidade de titular e demarcar os territórios, questionando como isso será feito caso a repartição de benefícios exija a titulação. Ressalta que o JREDD+ vem sendo discutido desde 2008, mas só agora as comunidades estão sendo consultadas. Afirma que cada árvore é responsável pelo sequestro de carbono, lembrando que áreas preservadas estão dentro de territórios indígenas e quilombolas. Critica a ausência de regulamentação estadual sobre terras indígenas e quilombolas e o fato de a legislação estadual tratar terras devolutas de forma contrária à Constituição. Questiona como os recursos serão aplicados e considera inadequado liberar editais que possam gerar disputa entre comunidades. Reforça que, sem demarcação, não há como garantir repartição justa de benefícios. Defende que, a partir das demarcações, seria possível definir valores por território. Faz referência à fala da ATL 2025 – “a resposta somos nós” – e questiona como o JREDD+ dialogará com comunidades quilombolas, destacando a necessidade de clareza sobre seus limites e abrangência.

Domingos (comunidade São Joaquim) demonstra preocupação com o compromisso do Estado junto às comunidades quilombolas. Cita visita recente de servidores do ITERTINS (Instituto de Terras do Tocantins) para tratarem da demarcação territorial dos quilombolas, que desde 2017 o processo estava parado. E relata que, os

mesmos servidores estiveram presentes em 2023 na comunidade apenas para garantir os direitos de fazendeiros vizinhos que desmataram. Questiona como os direitos serão garantidos sem território demarcado e como o JREDD+ poderá responder aos anseios das comunidades.

Claudinei (presidente comunidade Riachão) reforça as preocupações já apresentadas e enfatiza que a demarcação é o ponto principal.

Darleno (presidente comunidade Lajinha) afirma que as questões levantadas serão debatidas e que a redução de impactos ambientais é obrigação de todos. Destaca que povos indígenas e quilombolas são protagonistas na preservação e, por isso, devem ter maior participação na repartição dos benefícios. Ressalta que a preservação é um dever coletivo.

Edvane (Ex- vice prefeita de Porto Alegre do Tocantins), afirma se identificar com a luta das comunidades e apresenta alguns questionamentos. Pergunta se o Estado já consultou as comunidades sobre o modelo de demarcação territorial desejado (coletivo, individual ou outro). Relata que tomou conhecimento do JREDD+ por meio do vice-prefeito de Porto Alegre e ressalta a importância de compreender o que acontece no município. Parabeniza o Estado pelo esforço de presença e pela participação das lideranças comunitárias.

João (mediador Plantuc) dá boas-vindas aos participantes, especialmente aos recém-chegados de São José.

Lourenço (comunidade São José) diz estar feliz em reunir-se com as comunidades e orgulhoso por estar entre amigos.

João (mediador Plantuc) reconhece o espírito acolhedor dos presentes. Informa que todos os pontos levantados foram anotados e serão respondidos ao longo dos trabalhos. Ressalta que toda pergunta é válida e que o momento é para diálogo.

Isabel (ponto focal do estado) explica que o objetivo do dia é avaliar o nível de conhecimento sobre o programa. Afirma que todas as dúvidas são importantes e que haverá espaço para ouvir as demandas das comunidades. Ressalta que a consulta, livre, prévia e informada (CLPI) é um processo permanente de escuta, monitoramento e observação das políticas públicas. Lembra que, em 2008, foi aprovada a Lei de Mudanças Climáticas e que as discussões atuais são fruto desse processo. Relata que, em 2023, ocorreu o Fórum do JREDD+ com participação de povos e comunidades tradicionais. Destaca-se que esta oficina integra um calendário de 50 encontros no Estado. Afirma que ao final da CLPI haverá consulta on-line aberta e uma audiência pública em Palmas com representantes de todas as regionais escolhidos pelas comunidades, inclusive pequenos e médios produtores. Ressalta que mudanças climáticas e aquecimento global impactam a todos e que o JREDD+ busca reduzir tais consequências.

Darleno (presidente comunidade Lajinha) reforça a importância do envolvimento dos atores sociais e lembra que os quilombolas vivem da subsistência, enquanto o desmatamento em larga escala é responsabilidade de outros. Crítica a insegurança

jurídica decorrente da morosidade das demarcações e afirma que, mesmo diante das dificuldades, os quilombolas continuarão sendo “o pulmão do mundo”.

Liolino (comunidade São Joaquim), declara que o desmatamento é responsabilidade do agronegócio, pois os pequenos não têm condições de desmatar em grande escala. Ressalta que o desmatamento local se intensificou após a instalação de grandes fazendeiros na região.

Eliene (presidente comunidade Baião) ressalta que as comunidades vivem na região do MATOPIBA e que não foram consultadas sobre os projetos. Afirma que o Estado não dialoga sobre território e que não é possível avançar sem demarcação. Critica a falta de diálogo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a negação de direitos aos quilombolas. Declara que gostaria de ser chamada para atividades voltadas ao debate sobre território, pois, sem ele, não há segurança nem garantias. Destaca que não existem comunidades tituladas no Estado e que os editais chegam sem consulta prévia às comunidades.

João (mediador Plantuc) aponta que o objetivo da oficina é: compreender o que é o JREDD+, levantar as principais demandas da região e escolher representantes para a audiência pública.

Rose (consultora Tocar) questiona quem já havia ouvido falar do JREDD+ antes de ser contactado para participar da oficina. Ressalta a importância de respeitar os diferentes níveis de conhecimento e pede paciência para alinhamento das informações. Afirma que o programa mobiliza todo o Estado e que o Tocantins está fazendo história. Destaca os objetivos da oficina e afirma que o JREDD+ terá impacto na vida de todos. Faz analogia com o SUS, cita o artigo 225 da Constituição e reforça que o programa deve ouvir a todos. Afirma que o JREDD+ não está pronto e que, no Brasil, já existe experiência no Acre e Mato Grosso, enquanto o Tocantins está em construção. Ressalta que o programa não diferencia territórios ou populações pelo tamanho, mas que os representantes terão o papel de falar coletivamente.

João (mediador Plantuc) reitera que todas as perguntas serão respondidas, explica os próximos passos e faz os combinados da programação.

Marciano (comunidade Boa vista) realiza uma apresentação de *repente* para encerrar o encontro.

Participantes fizeram apresentação musical na sanfona (criança Samuel tocador de sanfona).

Isabel (ponto focal do estado) realiza as considerações finais, agradece e apresenta os encaminhamentos para o próximo dia.

Encerramento – Após as apresentações culturais, o encontro foi encerrado por volta das 18h30.

**DIA 02: SÁBADO, 23 DE AGOSTO DE 2025**

## PARTICIPANTES

1. Claudinei A. Gonçalves (Comunidade Riachão)
2. Faustino R Meneses (Comunidade Riachão)
3. Domingos B da Silva (Comunidade São Joaquim)
4. Amanda Gonçalves Leite (Comunidade Riachão)
5. Elcidinha R. da Silva (Comunidade São Joaquim)
6. Eltemar B. Soares
7. Marlon Crisostomo
8. Aldevino Gonçalves de Oliveira (Chapada de Natividade)
9. Valdeci Custódio Camelo (Comunidade Chapada da Natividade)
10. Taiane Avelino Malheiro (Comunidade Lajinha)
11. Neuzan Ferreira dos Santos (Comunidade Lajinha)
12. Alberto Luíz Gualberto (Comunidade Lajeado)
13. Mariluze Gonçalves dos Santos (Comunidade Redenção)
14. Basília Custódio Camelo da Costa (Comunidade Chapada de Natividade)
15. Genésio Custódio Camelo (Comunidade Chapada de Natividade)
16. Zelma Santana Rezende
17. Patrício Avelino Jesus (Comunidade Lajinha)
18. Lorena Gualberto Carvalho (Dianópolis)
19. Gabriela B. Cezário (Comunidade São Joaquim)
20. Maria Batista Leite (Comunidade Riachão)
21. Eliene F. C. de Almeida (Comunidade São Joaquim)
22. Adma de Souza
23. Ledivan Pereira Cardoso
24. Antônio Cardoso de Almeida
25. Admilson Bispo Rodrigues
26. Laelson Ribeiro de Souza (Representante COEQTO)
27. Valdivino S. Luiz (Comunidade Lajeado)
28. Pedro Luiz Batista
29. Maria Bispo Furtado (Comunidade São Joaquim)
30. Kesio Bispo Rodrigues (Comunidade São Joaquim)
31. Sofia Gonçalves Cardoso (Comunidade Redenção)
32. Bruna Santos Araújo de Jesus (Palmas)
33. Jaquellyne Araújo de Jesus (Palmas)
34. Agenilson Ribeiro Santos Barbosa (Comunidade São Joaquim)
35. Maria Rodrigues Nunes de Batista (Comunidade São Joaquim)
36. Kelly Bispo Rodrigues (Comunidade São Joaquim)
37. Jassonio Cardoso Barbosa (Almas)
38. Maria dos S. A. Albuquerque (Palmas)
39. Maria Eduarda Araujo Albuquerque (Palmas)
40. Sérgio Ferreira Fernandes (Comunidade Poço Dantas)
41. Elis dos Santos Cardoso (Comunidade São Joaquim)
42. Beatriz Barbosa Dias (Comunidade São Joaquim)
43. Ana Bispo Martins (Comunidade Lajeado)
44. Delzuita Furtado Farias Martins (Comunidade Lajeado)
45. Domingos Bispo Martins (Comunidade Lajeado)
46. Cândido Bispo de Souza (Comunidade São Joaquim)
47. Maria Livia Rodrigues Valadares (Comunidade Poço Dantas)
48. Miguelanes Crisostones Valadares (Comunidade Poço Dantas)
49. Helen Nilma Rodrigues Valadares (Comunidade Poço Dantas)
50. Djanira Nunes de Carvalho Castro (Comunidade Poço Dantas)
51. Alice Barbosa Dias (Dianópolis)
52. Lauracy Valadares dos Santos Rocha (Comunidade Poço Dantas)
53. Valdelice B. Ribeiro (Comunidade São Joaquim)

- 54. André Avelino Luis Gualberto (Comunidade Lajeado)
- 55. Luzimeire de F. D. Guimarães (Comunidade São Joaquim)
- 56. Maria Karla Bispo Nunes
- 57. Leticia Nunes da Silva (Comunidade São Joaquim)
- 58. João Barbosa Cezário (Comunidade São Joaquim)
- 59. Eliene Barbosa Furtado
- 60. Leildo Barbosa Furtado
- 61. Lene Barbosa F. Cezário (Comunidade São Joaquim)
- 62. Vicente Bispo Soares (Comunidade São Joaquim)
- 63. Miriam Martins de Albuquerque (Comunidade São Joaquim)
- 64. Deuzelina de França Dias
- 65. Lourenço Gonçalves de Almeida
- 66. Luciana Bispo dos Santos
- 67. Samuel de França Guimarães

## **Abertura**

A oficina iniciou às 8h45, conduzida por João (moderador Plantuc), que deu as boas-vindas a todos e convidou os presentes para um momento de oração. O senhor Claudinei se disponibilizou a realizar a oração de abertura. Em seguida, João pediu que os participantes que haviam chegado naquele dia se apresentassem. A apresentação foi realizada por meio da mesma canção utilizada no dia anterior. Após as apresentações, houve uma apresentação cultural de Sussa conduzida por jovens e crianças da comunidade.

Na sequência, João fez uma breve recapitulação dos temas discutidos no primeiro dia da oficina. Recordou que perguntas levantadas pelos participantes foram afixadas na lona e seriam respondidas no decorrer das atividades. Ressaltou ainda que seriam aprofundados temas como governança, salvaguardas e processos de tomada de decisão no âmbito do JREDD+. Informou que também seriam discutidas as ações prioritárias indicadas pelas comunidades e, ao final, haveria a escolha dos representantes que participarão da audiência pública em Palmas.

Isabel (ponto focal do estado) agradeceu a presença de todos e apresentou a equipe do Estado. Destacou que o que está sendo proposto não se trata de um projeto, mas sim de uma política pública, estruturada como programa e concebida enquanto instrumento econômico. Explicou que em 2008 foi criado o Programa Estadual de Mudanças Climáticas, que deu início ao processo de construção do JREDD+ no Tocantins. Retomou a fala feita no dia anterior pelo senhor Liolino sobre os efeitos das mudanças climáticas, usando como exemplo as enchentes no sul do país e a seca no norte, e acrescentou exemplos locais, como a diferença de temperatura sentida nas comunidades em comparação com a cidade. Reforçou que o objetivo do Estado é trazer informações sobre essa nova política pública e, principalmente, ouvir as comunidades para construir coletivamente a proposta. Em sua fala, comparou o JREDD+ ao funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), destacando que, assim como este, trata-se de um instrumento de política pública. Explicou o conceito do efeito estufa e a relação com o desmatamento e a degradação por fogo, ressaltando que a manutenção das árvores permite o armazenamento de carbono, enquanto sua queima libera gás carbônico na atmosfera, intensificando o aquecimento global. Finalizou enfatizando a necessidade de recursos financeiros para viabilizar essas ações, incluindo as próprias oficinas nos territórios.

Na sequência, houve manifestações das comunidades.

Deuza (comunidade São José) afirmou que era a primeira vez que participava de um encontro sobre JREDD+. Reconheceu que a fala de Isabel foi técnica e pediu que fossem utilizados exemplos mais concretos para facilitar a compreensão de todos.

Mariluze (comunidade Redenção) destacou que acompanha o processo do JREDD+ desde o início e que já comprehendeu alguns conceitos. Contudo, questionou quando essas políticas públicas chegarão efetivamente às comunidades. Ressaltou que sua comunidade possui muitos idosos e enfrenta dificuldades de transporte e acesso à saúde, reforçando a urgência de políticas práticas.

Rose (consultora Tocar) se apresentou e iniciou a resposta às questões, utilizando como analogia um trecho de música de Zeca Pagodinho: “nunca ouvi, nem comi, só ouço falar”. Explicou que o JREDD+ envolve recursos financeiros e buscou contextualizar sua origem. Relatou que, em 2005, uma conferência internacional discutiu a necessidade de compensar países que reduziram emissões provenientes do desmatamento, e que em 2008 foi acrescentado o “D” de degradação, incluindo o Brasil no mecanismo. Destacou que, inicialmente, as comunidades tradicionais não estavam contempladas, pois o modelo se estruturava no princípio do poluidor-pagador, que evoluiu para a lógica do conservador-recededor. Citou o Fundo Amazônia como maior programa de JREDD+ do Brasil, financiado por países como Noruega, Alemanha e Suécia. Explicou que o carbono passou a ser transformado em um mercado, no qual os esforços de redução de emissões se convertem em recursos. Utilizou a comparação com a regularização de nome no Serasa para ilustrar a lógica de incentivo à conservação. Destacou ainda que entre 2015 e 2019 o Tocantins apresentou altos índices de desmatamento, mas de 2020 a 2024 houve uma redução significativa, resultado de esforços de controle.

As falas seguintes trouxeram contrapontos e questionamentos.

Domingos (comunidade São Joaquim) afirmou que na região de sua comunidade não foi percebida redução no desmatamento entre 2020 e 2024, pelo contrário, observou aumento da derrubada de áreas e questionou a forma como esse cálculo é realizado.

Lucimeire (Comunidade São Joaquim) perguntou se, ao solicitar licenciamento ambiental, o Estado concede de forma facilitada aos grandes produtores.

Bruna (comunidade Poço Dantas/Palmas) mencionou que mudanças recentes nas leis ambientais favoreceram os grandes produtores, enquanto os pequenos enfrentam maiores dificuldades, especialmente no que se refere ao licenciamento ambiental.

Admilson (Comunidade Alto Alegre) reconheceu a realidade apontada por Domingos, mas afirmou acreditar que o programa pode trazer melhorias. Ressaltou, no entanto, que se as comunidades continuarem preservando enquanto os grandes produtores seguem destruindo, não haverá resultados concretos. Defendeu a necessidade de leis mais rígidas para limitar a ação dos grandes poluidores.

Eliene (presidente da comunidade Baião) discordou da comparação entre JREDD+ e SUS feita anteriormente, afirmando que o JREDD+ deve ser claramente entendido como política de governo. Ressaltou que as discussões inicialmente seriam centralizadas em Palmas, mas as comunidades lutaram para que os encontros acontecessem nos territórios. Afirmou que o Estado necessita da aprovação das

comunidades para levar a proposta à COP30 e questionou como os recursos efetivamente chegarão às comunidades. Demonstrou preocupação quanto às dúvidas que permanecem sem resposta, destacando ainda a questão da demarcação de terras, sem a qual as comunidades não teriam como acessar os benefícios do programa.

Laelson (representante da COEQTO) iniciou sua fala lembrando os comentários sobre o clima agradável para dormir à noite e questionou se é justo quem ajuda a manter esse clima receber menos do que quem degrada. Ressaltou a existência da lei estadual de 2019 sobre terras griladas até aquela data e afirmou que, enquanto COEQTO, estão buscando vagas nos conselhos para garantir que os recursos cheguem efetivamente às comunidades. Relatou ainda a experiência no Acre, onde, segundo ele, as políticas públicas estão chegando, mas relacionadas a direitos já garantidos, como ambulâncias municipais e melhorias de estradas.

Valdeci (comunidade Chapada da Natividade) disse compreender que os recursos do Fundo Amazônia chegam ao governo federal, que os distribui a organizações não governamentais, mas destacou que quem de fato preserva não recebe diretamente esses benefícios.

Na sequência, Rose (consultora Tocar) ressaltou que o JREDD+ estava presente na comunidade e que isso, por si só, já demonstra que não há exclusão.

Aldevino (comunidade Chapada da Natividade) pediu que a comunidade lute pela política pública, de forma que ela realmente aconteça, e sugeriu que fosse registrado de maneira organizada o que as comunidades esperam com a implementação dessa política.

Rose (consultora Tocar) perguntou quantas vezes os presentes já haviam participado de um evento semelhante e afirmou que o JREDD+ se constrói a partir da participação. Para exemplificar, citou as salvaguardas, mencionando a titulação de terras e esclarecendo que o programa não pode excluir ninguém por ausência de demarcação. Explicou que os recursos não são direcionados ao governo federal, mas sim ao Fundo Clima, onde a COEQTO possui uma cadeira de representação para fiscalizar sua aplicação. Ressaltou que não se trata de uma política de governo, mas de uma política pública que continuará mesmo após mudanças de gestão. Reforçou que quem decidirá a execução dos recursos do Fundo Clima serão as próprias comunidades. Acrescentou que o JREDD+ não pode ferir leis ambientais nem criar novas legislações, mas pode servir de ponte, sendo um mecanismo e não um projeto. Destacou que o Tocantins é formado predominantemente pelo bioma Cerrado e apenas 9% pela Amazônia. Lembrou que, na Amazônia, é obrigatório manter 80% da área preservada, enquanto no Cerrado a exigência é de 35%. Assim, um grande agricultor pode utilizar até 65% de sua área, o que representa grande espaço produtivo. Ressaltou que o Tocantins foi criado para ser um estado de produção, e que, dos 65% possíveis, apenas 38% foram efetivamente abertos, de modo que ainda haverá desmatamento e degradação.

Domingos (comunidade São Joaquim) observou que, se a situação já preocupa antes de atingir os 65%, a preocupação será ainda maior quando esse limite for alcançado, tornando-se um grande desafio.

Rose (consultora Tocar) concordou com a colocação, afirmou que de fato é um desafio e perguntou quem já havia participado de reuniões do Plano Plurianual (PPA).

Domingos (comunidade São Joaquim) questionou se não seria o momento de o governo refletir mais antes de conceder licenças ambientais.

Rose (consultora Tocar) respondeu que a licença é um direito do proprietário da terra e que o JREDD+ não pode contrariar a legislação.

Valdivino (comunidade Lajeado) afirmou que a discussão estava ficando cansativa, mas reforçou a importância de tratar da regularização das terras. Criticou a omissão do governo em relação a essa pauta e disse não ser possível avançar sem discutir a questão fundiária.

Bruna (comunidade Poço Dantas) destacou sua experiência de trabalho com comunidades que já possuem documentação de suas terras e ressaltou que tais documentos ajudam a compreender as delimitações territoriais e os problemas específicos de cada área. Afirmou que comprehende as dificuldades das comunidades sem demarcação e reconheceu que o JREDD+ só poderá avançar plenamente quando houver regularização.

Rose (consultora Tocar) afirmou que o processo é de consulta, mas que o governo não depende de autorização das comunidades para implementar o programa, ainda que tenha o dever de levar informações e dialogar. Ressaltou que o JREDD+ não precisa aguardar a regularização fundiária para iniciar suas ações e que as oficinas permitiram ampliar a escuta das comunidades quilombolas. Utilizou o exemplo mencionado por Bruna, sobre as dificuldades de acessar empréstimos sem documentos, para esclarecer que o JREDD+ não é um empréstimo, mas sim um recurso de política pública que não pode excluir ninguém pela falta de documentação. Informou que os esforços para reduzir as emissões entre 2020 e 2024 resultaram em 26 milhões de toneladas de gases de efeito estufa, dos quais o Tocantins poderá negociar 50%, mantendo o restante como reserva técnica. Disse que os recursos podem começar a chegar no segundo semestre do próximo ano, caso o processo siga conforme o previsto. Explicou que essas toneladas de carbono representam uma expectativa de 1,2 bilhão de reais em recursos, gerados pela redução de emissões e não pelo estoque florestal. Finalizou afirmando que o debate sobre repartição de benefícios é central, concordando com a fala de Laelson sobre a necessidade de priorizar quem mais preserva, mas esclarecendo que o mecanismo viável para o Estado é aquele baseado na diminuição do desmatamento e da degradação.

### **Repartição de Benefícios**

Rose (consultora Tocar) deu sequência à sua fala sobre repartição de benefícios, explicando que a divisão prevista é de 25% para os PIQPCTAFs, 25% para pequenos, médios e grandes produtores e 50% para órgãos de fiscalização e fomento. Ressaltou que essa proporção considerou a classificação do tamanho dos territórios de cada grupo. Lembrou que, no dia anterior, havia sido perguntado se o tamanho do território influencia na quantidade de recursos recebidos e esclareceu que a resposta é negativa, pois, caso contrário, os maiores beneficiários seriam os 81 mil produtores rurais. Reconheceu que, neste momento, a divisão não é a ideal, mas destacou que está em construção e sujeita a ajustes. Afirmou que ainda não se sabe se será suficiente, mas reforçou que o JREDD+ é uma política pública em desenvolvimento e que deverá acompanhar as demandas urgentes dos territórios.

Se a prioridade for a regularização fundiária, essa será considerada a principal pauta a ser atendida.

Comentou ainda que alguns grupos perguntaram o que acontece caso não queiram fazer parte do JREDD+. Para exemplificar, citou a situação de uma comunidade que aceitou recursos para construir uma fábrica e contratou trabalhadores de uma comunidade que havia recusado o programa, questionando se essas pessoas deixariam de aceitar o emprego. Explicou que, por ser uma política pública, o JREDD+ terá efeitos sobre todos, independentemente da adesão formal, e convidou os presentes a experimentarem essa política. Reforçou que o Estado do Tocantins não tem pressa em levar o JREDD+ para a COP, mas tem urgência em aproveitar a oportunidade de comercializar créditos de carbono. Acrescentou que estados como Acre e Mato Grosso também estão revisando suas repartições de benefícios, após já terem passado por dois ciclos de créditos. Ressaltou ainda que o Fundo Clima é exclusivo do programa e que seus recursos não serão destinados a outros propósitos.

Deuza (comunidade São José) parabenizou Rose pela explicação e afirmou ter compreendido melhor a proposta. Disse que estava mais tranquila, mas destacou a importância de continuar questionando, pois sem a participação das comunidades nada avança. Manifestou acreditar que se trata de uma iniciativa positiva e defendeu que todos devem manter a calma e seguir participando.

Laelson (representante COEQTO) afirmou que, dos 38% de desmatamento no Estado, cerca de 37% correspondem à ação de médios e grandes produtores. Explicou que sua preocupação com a divisão de benefícios está justamente em garantir mais justiça aos que menos degradam. Afirmou ter certeza de que, se o Estado avançar na demarcação dos territórios, os índices de desmatamento cairão ainda mais, pois as comunidades desempenham papel central na preservação.

Rose (consultora Tocar) lembrou que, durante as oficinas, também foram ouvidos povos indígenas que não possuem territórios demarcados. Reforçou o conceito do JREDD+, explicando que ele nasceu para ser temporário: se alcançar sucesso, deixará de existir, pois não haverá mais emissões a serem compensadas quando o desmatamento e a degradação forem zerados. Comparou o crédito de carbono a um crédito financeiro, lembrando que o Estado estava em situação negativa e passou para o positivo após o esforço de redução de emissões.

Lucimeire (comunidade São Joaquim) questionou se isso significa que só haverá JREDD+ enquanto houver desmatamento.

Rose (consultora Tocar) respondeu afirmativamente e esclareceu que os créditos em negociação correspondem ao ciclo de 2020 a 2024. Informou que, a partir de 2025, será analisado um novo ciclo e declarou acreditar, de forma franca, que haverá pelo menos mais um ciclo do programa, considerando que ainda existe passivo de desmatamento e degradação. Acrescentou que, recentemente, foi anunciada a criação do Fundo de Preservação para Florestas em Pé (TFFF), que também terá repartição de benefícios. No primeiro ciclo desse novo fundo, ficou acordado que os PIQPCTAFs receberão 20%.

## Governança

Isabel (ponto focal do Estado) pediu a palavra para complementar a fala anterior, ressaltando que o recurso não deve ser entendido como uma premiação, nem para os agroprodutores nem para os PIQPCTAF, mas sim como um incentivo à

preservação. Aos produtores, o incentivo se dá para que deixem de desmatar; aos PIQPCTAF, para que continuem realizando as práticas tradicionais de conservação que já desempenham. Destacou que o crédito de carbono não se limita ao JREDD+, pois também existe em outras formas, como no solo e na água, mas frisou que o JREDD+ é o que melhor se adapta à realidade do Tocantins. Lembrou que o Fundo Clima foi criado para gerir os ativos ambientais do Estado, sendo o JREDD+ um desses ativos. Mencionou ainda o CIGMA como instrumento de monitoramento dos focos de degradação e desmatamento no território estadual, além da CEVAT (Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento), vinculada ao Conselho Estadual do Meio Ambiente e composta por 15 atores da sociedade civil, como COEQTO, FAET, FETAET, secretarias estaduais e Ministério Público Estadual. Explicou que, dentro do Fundo Clima, há um conselho diretor formado por 13 órgãos, responsável por elaborar os editais de acesso aos recursos. Dessa forma, os valores chegaram aos executores, que serão associações e cooperativas das comunidades, reforçando que os recursos não serão destinados a pessoas físicas (CPF), mas sim a pessoas jurídicas de caráter coletivo (CNPJ). Concluiu afirmando que esse é o modelo de governança que garante a tomada de decisão e a chegada dos resultados aos territórios.

Na sequência, Neuzaír (comunidade Lajinha) perguntou se a repartição de benefícios foi elaborada por técnicos ou diretamente pelo Estado. Disse ter ficado confuso, pois entendeu que o excesso de floresta não teria relação direta com o JREDD+. Questionou ainda se os 50% destinados ao Estado não seriam excessivos e se o recurso já estaria disponível em caixa.

Rose (consultora Tocar) respondeu que a consulta existe justamente para isso, para apresentar propostas baseadas em termos técnicos e científicos, e que as comunidades, caso desejem, também podem elaborar contrapropostas que deverão ser devidamente justificadas na audiência pública estadual em Palmas. Explicou que o cálculo para o ciclo atual foi elaborado por técnicos e especialistas, de acordo com as exigências do padrão ART-TREES. Em relação à porcentagem destinada ao Estado, ressaltou que também estão sendo realizadas reuniões com órgãos governamentais para que estes apresentem suas demandas e possam funcionar melhor no atendimento às comunidades e aos produtores. Continuou explicando que a visita aos territórios é uma obrigação das salvaguardas, pois a consulta precisa ser livre, prévia e informada. Disse que está previsto percorrer 277 mil quilômetros para realizar uma CLPI séria e abrangente. Informou que o Estado recebe antecipações do recurso para viabilizar a execução das oficinas, e que já foram realizados mais de 52 eventos. Até o momento, o Tocantins recebeu 17 milhões de reais, não apenas para garantir a realização das oficinas, mas também para custear os cálculos de MRV, sendo o primeiro estado a realizar esses cálculos especificamente para o bioma Cerrado. Acrescentou que parte desses recursos foi destinada a ações de transparência, como a manutenção de site e redes sociais. Relatou ainda que, em março deste ano, foi feito um chamamento público para indígenas, quilombolas e agricultores familiares atuarem como colaboradores nas oficinas. Concluiu explicando que esse adiantamento foi fundamental para assegurar que os eventos fossem conduzidos de maneira adequada.

João (moderador Plantuc) encerrou a sessão da manhã informando que a pausa para o almoço foi iniciada às 12h05, com retorno combinado para as 13h40.

As atividades iniciaram por volta das 13h40.

Jarlene (ponto focal do estado), declamou o poema “*Liberdade bordada no pano da vida*”, de sua autoria, dedicado às comunidades presentes. Em seguida, Deuza e sua irmã Lucimeire apresentaram uma paródia que compuseram sobre o JREDD+.

Celenita (moderadora), explicou sua participação como facilitadora gráfica, detalhando que a representação visual traduz as falas dos participantes. Convidou os presentes a se organizarem entre os seus para a divisão dos grupos.

João (moderador Plantuc), informou que o objetivo dos grupos seria refletir sobre os pontos positivos do JREDD+ e as preocupações ainda existentes, retomando os debates já realizados.

Celenita (moderadora), esclareceu que os grupos teriam 20 minutos para discussão e, na sequência, seriam debatidas as salvaguardas, com base nos pontos levantados. Posteriormente, conduziu a retomada e organização das apresentações dos grupos.

#### Grupo União (Bruna e Laelson)

- Pontos positivos: benefícios econômicos que podem fomentar melhorias ambientais; promoção ambiental; salvaguardas de Cancún.
- Pontos negativos: a CLPI deveria ter ocorrido previamente; número reduzido de participantes nas oficinas, desconsiderando a OIT 169; desacordo quanto à repartição de benefícios, sugerindo divisão de 50% para os PIQPCTAF, 25% para o setor agro e 25% para o governo; ausência de legislação específica para comunidades quilombolas; falta de esclarecimentos sobre acesso aos recursos; morosidade nas demarcações dos territórios quilombolas.

#### Grupo RRVS (Deuza, Admilson, Claudinei e Samuel)

- Pontos positivos: incentivo à preservação do meio ambiente; inclusão de todos os segmentos no mesmo programa.
- Pontos negativos: o JREDD+ deveria incentivar a regularização e documentação dos territórios quilombolas; permanência de discriminação e resquícios de escravização nas comunidades quilombolas.

#### Grupo São Joaquim e Lajeado (Lorena e Domingos)

- Pontos positivos: continuidade do incentivo à preservação; questionamento sobre como será feita a distribuição dos recursos.
- Pontos negativos: necessidade de licenciamentos para manutenção dos modos de vida; risco de conflitos entre comunidades; incerteza sobre a destinação dos recursos; necessidade de construção de editais de acordo com as demandas comunitárias; ausência de acessibilidade e assistência para participação nos editais.

João (moderador Plantuc), retomou a palavra fazendo uma síntese das preocupações e pontos negativos levantados nos grupos, conectando o debate à introdução das salvaguardas.

## **Salvaguardas**

Isabel (ponto focal do estado), iniciou destacando o ajuste feito na nomenclatura nacional dos PIPCTAF, definida pela CONAREDD, que passou a ser PIQPCTAF. Explicou sobre as salvaguardas, estabelecidas na COP 16 realizada em 2010 em Cancún, ressaltando que se tratam de regras obrigatórias para todos que propõem programas de REDD, incluindo estados e projetos privados. São sete salvaguardas, cujo objetivo é reduzir os riscos negativos e aumentar os impactos positivos do JREDD+. Seguem:

- A) O programa deve estar em conformidade com a legislação vigente e não pode se sobrepor às leis já existentes.
- B) A governança precisa ser transparente e alinhada, garantindo clareza sobre como as decisões são tomadas. Isabel comparou o Tocantins, que adota o modelo estadual, a países como Guiana e Costa Rica, que implementaram o REDD em nível nacional devido à menor extensão territorial. Utilizou uma ilustração de facilitação gráfica para explicar a participação dos atores institucionais e destacou que a transparência significa ausência de decisões secretas. Relacionou a fala anterior sobre o acesso a editais para mencionar a UGP (Unidade Gestora do Programa), que seria equivalente ao “escritório do JREDD+”, que oferecerá consultoria jurídica e contábil para captação de recursos.
- C) Todas as ações do JREDD+ devem respeitar os modos de vida dos PIQPCTAF. Fez analogia às roças de toco, prática tradicional das comunidades que não pode ser proibida.

Eliene (presidente comunidade Baião), relatou que o Naturatins fiscaliza rigorosamente as comunidades quilombolas, mas não age com a mesma firmeza diante dos grandes produtores. Protesta que muitos focos de incêndio são provocados por fazendeiros no entorno das comunidades, obrigando os quilombolas a apagarem o fogo para evitar que chegue às suas casas.

Isabel (ponto focal do estado), retomou a explicação sobre a salvaguarda D), destacando a necessidade de garantir participação plena e efetiva dos atores. Reforçou que o programa só terá êxito se todos caminharem juntos.

Eliene (presidente comunidade Baião), questionou sobre a apresentação do programa na COP 30. Afirmou que o estado estava “correndo” com o programa JREDD+ para apresentá-lo na COP 30.

Isabel (ponto focal do estado), respondeu que as salvaguardas foram estabelecidas na COP 16 e que o Tocantins escolheu o padrão ART-TREES para certificar os créditos de carbono, por ser o mais rigoroso em programas jurisdicionais. Explicou que haverá verificadores externos para garantir o cumprimento adequado das salvaguardas. Informou que o Estado ainda não possui créditos emitidos, que só serão gerados após a certificação completa, e que é necessário possuir o título dos créditos para validá-lo e comercializá-lo. Utilizou o exemplo do projeto de REDD na Ilha do Bananal para mostrar que apenas com integridade e monitoramento é possível assegurar que os mesmos créditos não sejam vendidos duas vezes. E que o JREDD+ não irá ser apresentado na COP 30.

Miguelanes (comunidade Poço Dantas), questionou sobre a quantidade de créditos de carbono e sobre a falta de consulta às comunidades desde o início.

Isabel (ponto focal do estado), respondeu que ainda não há créditos, apenas dados de redução de emissões. Informou que entre 2020 e 2024 foram registrados 26 milhões em reduções, dos quais 50% podem ser comercializados, sendo os outros 50% destinados ao seguro do programa. Explicou que projetos privados das comunidades ficariam vinculados a essa margem de 50% e que os valores não seriam contabilizados em duplicidade.

Rose (consultora Tocar), complementou, perguntando desde quando os participantes tinham conhecimento do JREDD+. Destacou que o marco das iniciativas ocorreu em 2023, e que o Estado ainda não possui um programa consolidado, razão pela qual as consultas estão sendo realizadas agora. Utilizou a analogia de um carro sem combustível: em 2023 o Estado “deu a partida”, mas os cálculos foram diferentes dos previstos, e por falta de recursos o programa não avançou. Citou o projeto da Ilha do Bananal, que gerou 2,8 milhões de créditos de carbono, mas apenas 1,9 milhão poderá ser abatido do quantitativo estimado pelo estado, ressaltando a diferença entre períodos e créditos. Afirmou que, para desenvolver projetos próprios, as comunidades precisam contratar consultorias, para contribuírem na construção do programa. Informou ainda que a CONAREDD emitiu resolução sobre projetos em territórios tradicionais, trazendo mais segurança para as comunidades.

Isabel (ponto focal do estado), prosseguiu com a salvaguarda E), destacando que o Cerrado é soberano e precisa ser preservado, assim como as florestas e sua biodiversidade; sobre a salvaguarda F), diz que é necessário evitar o aumento do desmatamento. Evitando os riscos de reversão dos resultados já obtidos; e sobre a salvaguarda G), diz que o programa deve reduzir os riscos de deslocamento de emissões, atuando de forma conjunta com outros estados para impedir que o desmatamento migratório avance em áreas vizinhas. Reforçou a importância da articulação entre todos os atores para garantir resultados positivos.

Eliene (presidente comunidade Baião), questionou como o Estado pretende reduzir o desmatamento, considerando que a legislação atual assegura o avanço do MATOPIBA e que os dados oficiais não correspondem à realidade observada pelas comunidades.

Isabel (ponto focal do estado) explicou que o programa considera a visão do Estado como um todo. Ressaltou que o JREDD+ atuará incentivando o uso de tecnologias para maior eficiência produtiva e que, atualmente, 21% do desmatamento no Tocantins é ilegal. Apenas a redução desse percentual já seria suficiente para dar base ao programa.

Laelson (representante COEQTO), afirmou que as comunidades quilombolas não têm segurança jurídica com as leis ambientais vigentes, sendo tratadas como grandes produtores. Criticou o fato de não poderem desmatar enquanto os grandes continuam avançando. Disse que o Naturatins exige documentos como georreferenciamento e cadastro ambiental rural (CAR), inviáveis (financeiramente) para as comunidades. Alertou que as comunidades acabam sendo contabilizadas dentro dos índices de desmatamento ilegal e, portanto, passíveis de multa. Citou o exemplo da legislação sobre o pequi: enquanto quilombolas são fiscalizados, grandes produtores derrubam pés de pequi sem punição. Defendeu legislações específicas que garantam segurança às comunidades, considerando que a fiscalização aumentará com a implantação do JREDD+.

Isabel (ponto focal do estado), sugeriu que a preocupação de Laelson fosse registrada como encaminhamento.

Lucimeire (comunidade São José) comparou a luta das comunidades quilombolas à situação dos estudantes que solicitam direitos para garantir segurança.

Liolino (comunidade São Joaquim), questionou por que o Naturatins não facilita a emissão de licenças e CAR para os quilombolas, em vez de dificultar o processo, de modo que as comunidades possam estar regulares e seguras.

João (moderador Plantuc) Observou que os participantes já estão trazendo propostas para a construção coletiva de ideias.

Intervalo para lanche – Das 16h20 às 16h40.

Celenita (moderadora) convidou os participantes a retornarem, iniciando com Patrícia (recreadora) contando uma música. Em seguida, provocou a reflexão afirmando que o que o JREDD+ dependerá das definições construídas pelas comunidades quilombolas. Ressaltou que a política pública ainda está em construção e que o processo é pioneiro no Estado, sendo a primeira vez que ocorre escuta ampla das comunidades. Lembrou que o novo sempre gera desconfiança, mas que a participação é essencial para definir o programa. Lançou a pergunta à plenária: “Quais ações (preocupações) as comunidades quilombolas querem cuidar e melhorar com o JREDD+?”.

Participantes, destacaram quatro eixos principais: território, preservação, direitos e garantias.

Seguiu-se para as divisões dos grupos conforme as sugestões dos participantes, sendo cada eixo principal um grupo temático listados à seguir. Divisão de grupos temáticos:

- **Miguelanes** (Garantias)
- **Eliene** (Território)
- **Lívia** (Preservação)
- **Mariluze** (Direitos)

Os grupos se organizaram para discutir ações importantes em cada tema.

A dinâmica com os grupos foi concluída por volta das 18h25, quando João (moderador Plantuc) reuniu todos para a finalização das atividades do dia.

Isabel (ponto focal do Estado) explicou a programação para o dia seguinte, destacando que haverá a apresentação dos grupos com as ações escolhidas, seguida do preenchimento e assinatura da Ajuda Memória. Ressaltou que todas as Ajudas Memórias das oficinas já realizadas estão disponíveis no site do JREDD+.

Deuza (Comunidade São José) perguntou se a Ajuda Memória se refere a todo o evento ou apenas às ações.

Isabel (ponto focal do estado) esclareceu que o registro contempla exclusivamente as ações consolidadas da oficina. Em seguida, agradeceu a participação de todos. João informou que, após o jantar, haveria uma noite cultural.

Jarlene (ponto focal do Estado) complementou dizendo que cada comunidade poderia se sentir à vontade para participar das atividades culturais.

Isabel (ponto focal do estado) acrescentou que já havia entregue aos presidentes a quantidade de panfletos solicitada por cada comunidade.

O encontro foi encerrado às 18h45 com a realização da foto oficial.

### **DIA 3: DOMINGO, 24 DE AGOSTO DE 2025**

#### **PARTICIPANTES**

1. Lucimeire de França D. Guimarães (Comunidade São José)
2. Samuel de França Guimarães (Comunidade São José)
3. Deuzelina de França Dias (Comunidade São José)
4. Valdeci Custódio Camelo (Comunidade Chapada da Natividade)
5. Basilia Custódio
6. Aldevino Gonçalves de Oliveira (Chapada da Natividade)
7. Faustino Rodrigues Neto (Comunidade Riachão da Serra)
8. Maria Batista Leite (Comunidade Riachão)
9. Amanda Gonçalves Leite (Comunidade Riachão)
10. Claudinei A. Gonçalves (Comunidade Riachão)
11. Eltimar Bispo Soares (Almas)
12. Laelson Ribeiro de Souza (Representante COEQTO)
13. Antônio Cardoso de Almeida
14. Adma Quirino de Souza (Comunidade Baião)
15. Mariluze Gonçalves dos Santos (Comunidade Redenção)
16. Luciana Bispo dos Santos
17. Marciano Gonçalves Bispo (Comunidade Boa Vista)
18. Maria Livia Rodrigues Valadares (Comunidade Poço Dantas)
19. Miguelanes Crisostones Valadares (Comunidade Poço Dantas)
20. Lauracy Valadares dos Santos Rocha (Comunidade Poço Dantas)
21. Fenai Luiz de Gualberto
22. Jassônio Cardoso Barbosa
23. Helem Nilma R. Valadares
24. Vicente Bispo Soares (Comunidade São Joaquim)
25. Patrícia Dias Rocha
26. Domingos B. da Silva (Comunidade São Joaquim)
27. Jaquellyne Araújo de Jesus (Palmas)
28. Maria Eduarda Araujo Albuquerque (Palmas)
29. Bruna Santos Araújo de Jesus (Palmas)
30. Maria dos S. A. Albuquerque (Palmas)
31. Sérgio Ferreira Fernandes (Comunidade Poço Dantas)
32. Beatriz Barbosa Dias (Comunidade São Joaquim)
33. Joana Ribeiro de Deus (Comunidade São Joaquim)
34. Gabriela B. Cezário (Comunidade São Joaquim)
35. Maria Bispo Furtado (Comunidade São Joaquim)
36. Kelly Bispo Rodrigues (Comunidade São Joaquim)
37. Darleno Avelino dos Santos (Comunidade Lajinha)
38. Ana Bispo Martins (Comunidade Lajeado)
39. Delzuita Furtado Farias Martins (Comunidade Lajeado)

- |  |
|--|
| 40. Cândido Bispo de Souza (Comunidade São Joaquim)        |
| 41. Angelino Barbosa Ferreira (Comunidade São Joaquim)     |
| 42. Jussimar Bispo Furtado Soares (Comunidade São Joaquim) |
| 43. Janaína Barbosa F. da Silva                            |
| 44. Enedite Barbosa Farias                                 |
| 45. Maria Karla Bispo Nunes                                |
| 46. Valdivino S. Luiz (Comunidade Lajeado)                 |

## **Abertura**

As atividades do dia iniciaram às 8h00, com João (moderador Plantuc) dando as boas-vindas e convidando o senhor Marciano para cantar um *repente*. Em seguida, Celenita (moderadora) conduziu uma canção coletiva com todos os participantes. Logo após, iniciou-se a apresentação dos grupos das ações importantes, com a exposição do grupo Preservação.

Helen Nilma (comunidade Poço Dantas) abriu a apresentação destacando a preocupação com a aproximação da mineração e a importância de manter o território com segurança para garantir melhor qualidade de vida. Ressaltou o fortalecimento cultural, por meio das festas que representam a ancestralidade da comunidade, e apontou como responsabilidade do Estado a necessidade de manter escolas quilombolas nos territórios, lembrando a tristeza que foi o fechamento da escola quilombola em São Joaquim. Mencionou ainda a produção alimentar, defendendo o cultivo de sementes crioulas e frutas tradicionais em vez das introduzidas pelo processo de colonização, como a banana prata e a banana maçã. Concluiu reforçando que os povos quilombolas devem se unir aos povos indígenas na luta conjunta pela preservação de seus territórios.

Na sequência, Bruna (comunidade Poço Dantas) deu continuidade à apresentação, tratando do eixo segurança alimentar e geração de renda a partir do cultivo de alimentos tradicionais. Destacou a possibilidade de criar subprodutos, citando o exemplo de uma moradora da comunidade que gostaria de produzir doce de banana com a safra abundante que possui. Apontou ainda a necessidade de fortalecer a comunicação entre os territórios para incentivar trocas e mencionou que, embora haja pessoas com ensino superior completo dentro das comunidades, faltam cursos e capacitações que permitam a aplicação desse conhecimento em benefício coletivo. Finalizou ressaltando a preservação cultural no artesanato, que vem se perdendo por falta de transmissão entre gerações, indicando a importância da realização de oficinas e capacitações.

Claudinei (comunidade Riachão), também integrante do grupo, destacou que sua comunidade conta com muitas pessoas com ensino superior, mas que esse capital humano não é aproveitado. Defendeu a criação de estratégias para utilizar esses conhecimentos e mencionou a discussão sobre a criação de um selo para comercialização de produtos alimentares.

O segundo grupo a se apresentar foi o grupo Território.

Aldevino (comunidade Chapada da Natividade) iniciou a apresentação com uma oração, que não havia sido realizada na abertura das atividades do dia, e destacou os eixos debatidos: geração de renda, preservação ambiental, consultoria técnica e responsabilidades do Estado.

Deuza (comunidade São José) prosseguiu tratando da geração de renda, defendendo a estruturação da produção local de alimentos como mel, polvilho e frango, ressaltando que, com condições adequadas, os alimentos da comunidade podem ser mais valorizados e consumidos. Também destacou o apoio ao extrativismo de frutas do cerrado para produção de subprodutos, além do fortalecimento do artesanato e da produção agroecológica e orgânica.

Laelson (representante da COEQTO) complementou, destacando que as comunidades quilombolas já praticam a produção agroecológica há gerações. No eixo da preservação ambiental, mencionou a criação de viveiros de plantas nativas e a preservação das nascentes. No eixo da infraestrutura, o grupo apontou a necessidade de sedes para associações com equipamentos adequados, assessoria jurídica e contábil, capacitação de jovens lideranças, elaboração de plano de gestão territorial como condição para a titulação das terras, construção de poços artesianos e estrutura de abastecimento de água, ampliação de projetos de moradia, aprimoramento do CAR quilombola, melhoria no fornecimento de energia sustentável e responsabilidade do Estado na construção de pontes e melhoria de estradas. Também foi citada a necessidade de aprimoramento da Lei CATRAPOVOS.

Sobre este ponto, Jarlene (SEPOT) afirmou que faz parte da comissão da referida lei e se comprometeu a articular a visita da comissão à comunidade Lajeado. O grupo finalizou ressaltando a regularização fundiária como demanda prioritária.

Eliene (presidente comunidade São Joaquim), também integrante do grupo, destacou que não adianta apenas registrar ações no papel se o Estado não se comprometer com a execução. Ressaltou a preocupação diante da pressão da mineração e da agropecuária e manifestou angústia em relação ao JREDD+, afirmando não compreender plenamente a lógica dos cálculos do carbono e declarando não estar confiante no programa.

Em seguida, o grupo Garantias apresentou suas discussões.

Jassonio (comunidade Lajeado) iniciou tratando do fortalecimento cultural, manifestando preocupação com a perda de manifestações culturais e defendendo sua continuidade por meio da transmissão de saberes entre gerações, com apoio de oficinas, reuniões e encontros entre matriarcas, patriarcas e jovens. Destacou também o resgate da biodiversidade, com a criação de viveiros para recuperação de áreas degradadas e nascentes, além do resgate e preservação de sementes crioulas por meio de um banco comunitário. O grupo também enfatizou a regularização fundiária como prioridade, além da necessidade de melhorias em infraestrutura, como estradas, pontes, saneamento básico e coleta de lixo. Ressaltou a importância de incentivar jovens com ensino superior a permanecerem nas comunidades, garantindo incentivos financeiros para que a formação seja revertida em benefício coletivo. Foram ainda apontadas demandas como o fortalecimento das associações, o fomento à agricultura orgânica e o apoio ao cultivo de plantas medicinais.

Luzimeire (comunidade São José) complementou, reforçando a necessidade de ampliar o incentivo às plantas medicinais.

Na sequência, foi a vez do grupo Direitos.

Mariene (comunidade Poço Dantas) iniciou destacando os eixos discutidos, entre eles geração de renda, regularização fundiária, fortalecimento cultural, fortalecimento das organizações e responsabilidades do Estado.

Darleno (comunidade Lajinha) deu continuidade tratando do fortalecimento do território, apontando a necessidade de custeio para documentos como o CAR, além de projetos de energia solar, cultivo coletivo e individual, fomento ao turismo de base comunitária e aquisição de biodigestores, inclusive com capacitação comunitária para construção própria. Valdivino reforçou que a proposta dos biodigestores tem relação direta com os possíveis apoios financeiros que o JREDD+ poderá custear.

O grupo também discutiu geração de renda por meio de atividades como piscicultura, apicultura, suinocultura, caprinocultura, aquisição de tanques, construção de aviários, chocadeiras, abatedouros, compra de maquinário agrícola, ração, agroindústrias, casas de farinha e de rapadura, além de capacitação para mulheres e transporte para escoamento da produção. Em relação às responsabilidades do Estado, foi defendida a criação de lei estadual específica para regularização fundiária, fortalecimento da legislação ambiental, saneamento básico, poços artesianos com tratamento de água, construção de moradias e banheiros e transporte entre comunidades e cidades.

Ademilson (comunidade São Joaquim) acrescentou a demanda por assistência em saúde, lembrando que algumas comunidades não têm acesso a médicos e ambulâncias. Também foi defendida a construção de escolas quilombolas nas comunidades.

Domingos (presidente comunidade Lajeado), ponderou que, em relação às escolas, há pais que preferem que os filhos estudem na cidade, o que precisa ser considerado. O grupo também destacou a importância do fomento às atividades culturais, com remuneração de mestres comunitários para a transmissão de saberes, e a contratação de consultorias para apoiar a regularização fundiária.

Ana Paula (consultora Tocar) informou que a SEPOT conta com uma antropóloga apoiando a comunidade Rio Preto e que outras comunidades podem solicitar apoio semelhante.

Finalizando, Darleno (Comunidade Lajinha) afirmou que o programa impactará diretamente os meios de produção, sendo fundamental que haja políticas voltadas à agricultura familiar.

Lourenço (presidente da comunidade São José) fez os agradecimentos, relatando ter dormido feliz com as discussões realizadas e agradeceu à equipe do Estado. Disse que “para bom entendedor, meia palavra basta” e agradeceu a Deus pela oportunidade de reunir associações e comunidades em um momento de fortalecimento da amizade e dos vínculos comunitários. Encerrou parabenizando a comunidade anfitriã pela acolhida e convidou todos a visitarem sua comunidade.

Lucimeire (Comunidade São José) pediu a fala e afirmou que os professores precisam ter condições adequadas para desempenhar bem seu trabalho, ressaltando que o governo deve garantir a estrutura necessária para que o ensino seja realizado com qualidade.

Isabel (ponto focal do Estado) agradeceu a todos os grupos pelas apresentações e pela confiança depositada no processo do programa. Explicou que a Ajuda Memória é um documento que registra as ações discutidas nos grupos, esclarecendo que os participantes haviam concordado com sua elaboração.

Na sequência, Pedro (consultora Tocar) se apresentou e disse que abordaria um tema de grande importância: a ouvidoria.

Durante sua fala, Lucimeire relatou que já havia feito uma reclamação à ouvidoria sobre a escola de seu filho.

Pedro (consultora Tocar) destacou que a ouvidoria é um instrumento de participação cidadã e ressaltou que, como o JREDD+ está em construção, é fundamental que haja acompanhamento e fiscalização comunitária. Explicou que a ouvidoria pode ser utilizada para denúncias, sugestões, elogios e dúvidas, informando os canais de acesso disponíveis, como e-mail, site, telefone, WhatsApp, redes sociais e o endereço físico da Semarh.

Rose (consultora Tocar) informou que se aproximava o encerramento da oficina. Relembrou que, ao longo dos encontros, foram levantadas questões e preocupações que estavam sendo respondidas e esclarecidas. Enfatizou que os recursos do JREDD+ ainda não existem, pois o programa está em construção. Destacou que os beneficiários elegíveis são organizações sociais, não sendo permitida a participação de empresas privadas ou pessoas físicas, e que os recursos serão regulamentados pelo Fundo Clima, com acompanhamento da CEVAT. Explicou que, nos chamamentos públicos, não será exigida documentação fundiária para respeitar a salvaguarda 1 e que os editais serão direcionados de forma específica, como para quilombolas e para indígenas, sempre estruturados por eixos, assim como ocorreu nas oficinas. Reforçou que haverá uma lista de prioridades estabelecida pela CEVAT para orientar a aplicação dos recursos do primeiro ciclo e que caberá à UGP apoiar as comunidades na elaboração dos projetos em seus territórios.

Para exemplificar, citou uma dúvida surgida em oficina indígena, sobre um projeto de piscicultura com orçamento elevado, e explicou que a decisão sobre seu financiamento dependerá da avaliação da CEVAT. Sugeriu que fosse levado à audiência pública o entendimento de que associações possam executar projetos de curto prazo enquanto projetos de longo prazo estejam em andamento, evitando a paralisação das iniciativas. Lembrou que o único motivo que reprova um projeto no JREDD+ é a geração de poluição; em caso de problemas documentais, os editais indicarão alternativas para regularização. Afirmou que, caso algum projeto não seja executado, os recursos retornam ao Fundo Clima, inclusive com os rendimentos obtidos. Destacou ainda que não há necessidade de assinatura de documento de aprovação ou rejeição pelas comunidades, pois o JREDD+ é uma política pública e não um projeto privado.

Darleno (Comunidade Lajinha) questionou como seria o processo para comunidades que firmarem acordos privados. Rose explicou novamente a definição de JREDD+, ressaltando que se trata de créditos de carbono jurisdicionais relacionados à redução de emissões, e não de sequestro de carbono, que pertence a outra categoria. Laelson (representante da COEQTO) relatou a experiência negativa de um projeto privado no Maranhão, no qual a comunidade não compreendeu corretamente as metas estabelecidas em contrato, o que gerou conflitos internos e levou a uma disputa judicial para o cancelamento do acordo.

Rose (consultora Tocar) afirmou que o modelo jurisdicional oferece mais segurança, por se basear em créditos de emissões já reduzidas, e não em promessas futuras. Relembrou as discussões sobre a repartição de benefícios e destacou que o Tocantins foi o primeiro estado a certificar créditos de carbono no Cerrado. Compartilhou exemplos de outras experiências, como a lei criada no Acre em 1999 para formação de agentes agroflorestais indígenas, que recebiam bolsa e depois salário para atuar em suas comunidades em atividades de manejo e produção. Citou também o programa de alimentos durante a pandemia, em que kits de hortaliças, rapadura, mel e farinha foram distribuídos a instituições sociais, sendo produzidos por agricultores beneficiários do JREDD+.

Laelson (COEQTO) levantou dúvidas sobre os editais, mencionando a desconfiança com experiências vinculadas à COP30, e perguntou se o COEMA poderia lançar os editais ou se seria necessária a contratação de um instituto.

Rose (consultora Tocar) respondeu que o COEMA não terá essa função, esclarecendo que a CEVAT, por meio de suas câmaras técnicas, será responsável pela elaboração das diretrizes dos editais. Ressaltou que a UGP fará a assessoria durante o processo e que o custeio de técnicos está previsto na parte destinada ao Estado. Recomendou ainda que as associações não terceirizem a responsabilidade pela elaboração de editais para evitar gastos adicionais. Citou os termos de cooperação técnica que permitirão que entidades como COEQTO, ARPIT e FETAET acompanhem os territórios e ofereçam apoio às comunidades.

Celenita (moderadora) informou que os cartazes de facilitação gráfica estavam disponíveis para registro fotográfico e explicou que, em seguida, seria realizada a escolha dos representantes para a consolidação quilombola, reunião que reunirá os representantes eleitos nas diversas oficinas e na audiência pública em Palmas. Os presidentes das comunidades se retiraram para discutir as indicações. Durante esse tempo, Celenita apresentou os cartazes da facilitação gráfica, explicando que tinham o objetivo de apoiar a compreensão da comunidade sobre o REDD+, seus impactos e salvaguardas. Mostrou o primeiro cartaz sobre a definição do JREDD+, o segundo sobre os impactos ambientais na vida cotidiana, e o terceiro sobre salvaguardas, representadas por elementos culturais como o pé de mandioca e o forno de farinha, destacando a importância de preservar processos culturais.

Na sequência, Claudinei (comunidade Riachão) manifestou preocupação em relação ao acesso aos programas do Pronaf, principalmente enquanto não há regularização dos territórios.

Laelson (COEQTO) explicou que a CAF quilombola é um direito das comunidades e que, para acessar programas como o PAA, basta apresentar declaração do presidente da comunidade. Orientou que os agricultores quilombolas atualizem o NIS para facilitar o acesso.

Darleno (Comunidade Lajinha) relatou como foi realizada a reunião entre os presidentes, que resultou na escolha dos quatro representantes titulares e quatro suplentes para a consolidação quilombola.

Foram eleitos como representantes titulares Darleno Avelino dos Santos, Claudinei Antônio Gonçalves, Eliene Fernandes Crisóstomo de Almeida e Miguelanes Crisóstomo Valadares. Como suplentes, foram escolhidos Bruna Santos Araújo de Jesus, Domingos Barbosa da Silva e Lourenço Gonçalves de Almeida.

Claudinei (comunidade Riachão) pediu a palavra para agradecer à equipe e à comunidade anfitriã pela acolhida calorosa.

Isabel (ponto focal do estado) convidou um participante para fazer a leitura da Ajuda Memória, e Deuza (Comunidade São José) se voluntariou, realizando a leitura do documento. Durante a leitura, Lucimeire (Comunidade São José) pediu para incluir no registro a especificação de casas e banheiros para quilombolas, bem como a criação de viveiros de mudas frutíferas e medicinais.

Isabel (ponto focal do estado) incluiu as observações no documento.

Miguelanes (comunidade Poço Dantas) sugeriu que a expressão “consulta livre, prévia e informada” fosse substituída por “escuta ativa”, argumentando que a consulta se refere ao início do processo e que agora o programa já está em fase avançada.

Rose (consultora Tocar) sugeriu que a proposta fosse registrada na Ajuda Memória como contribuição a ser levada para a audiência pública e para os demais processos de consulta. O registro foi feito conforme solicitado.

A oficina foi encerrada às 12h40.

## **IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS**

### **1) Fortalecimento territorial e das associações**

- Sede para associações com equipamentos e mobília;
- Apoio para regularização das associações;
- Fortalecimento da COEQTO;
- Formação e capacitação para projetos;
- Acesso a documentos como CAR, CCIR e demais documentos para demarcação de territórios;
- Aquisição de equipamentos para monitorar território;
- Demarcação territorial (RTID) e laudo antropológico;
- Contratação de consultoria para regularização fundiária e consultoria antropológica, financeira e contábil;
- Custeio para documentos como CAR, georreferenciamento e outros protocolos de consulta;

### **2) Fortalecimento Cultural**

- Fortalecimento das manifestações culturais (festas terço, sucia, esportes), apoio financeiro para festas religiosas e culturais;
- Artesanatos (potes, pilão, colher de pau, quibane);
- Remuneração para os mestres dos saberes;
- Fortalecer a troca de experiências entre as comunidades;
- Oficina de construção de instrumentos (música e dança);
- Resgate de brincadeiras e contação de histórias;
- Resgate da cultura da arte do algodão;
- Criação da casa de sementes;
- Casa para festa do Divino Espírito Santo;
- Museu e casa de cultura;

- Fortalecimento das religiões;
- Oficina para repentistas, catireiros e susseiros;

**3) Segurança alimentar e geração de renda**

- Produção de alimentos de forma sustentável e orgânica;
- Fortalecimento dos alimentos tradicionais (banana, feijão, arroz, cana abóbora);
- Fomento para produção: mão-de-obra, insumos, irrigação, estruturação de produtos tradicionais, maquinários, capacitação para manutenção, escoamento e selos para comercialização; inclusive para acesso ao PAA;
- Apoio e estrutura para o extrativismo de produtos do cerrado e tradicionais (farinha, mel, polpas, frango, ovo, polvilho);
- Piscicultura: aquisição de tanques de geomembranas, estação de bombeamento e aeração com insumos;
- Criação de pequenos animais (avicultura, suinocultura, caprinocultura e apicultura); abatedouros coletivos e individuais com licenciamento sanitário;
- Construção de casas de farinha e rapadura;
- Aquisição de maquinários e implementos para produção: trator, roçadeira; plantação de roças comunitárias;
- Criação de agroindústria, transporte, logística e venda de produtos;
- Produção de hortaliças;
- Equipamentos para marcenaria;
- Bovinocultura;
- Ecoturismo e turismo de base comunitárias;
- Garantia do direito de manejo de animais silvestres;

**4) Preservação Ambiental**

- Reflorestamento e recuperação de nascentes e veredas;
- Sementes crioulas e viveiros de mudas nativas;
- Reflorestamento e manejo dos buritizais e matas ciliares e áreas degradadas;
- Criação de brigadas remuneradas e equipadas;
- Coleta de lixo;
- Aquisição de biodigestores com capacitação;
- Apoio para cultivo de plantas frutíferas e medicinais;

**5) Capacitação e estruturas**

- Fomento e capacitação para mulheres do território (comidas tradicionais, doces, artesanatos e tapetes);
- Projetos de energia solar, coletivos e individuais;
- Internet de qualidade e gratuita;
- Casas residenciais, energia elétrica e banheiros para quilombolas;
- Capacitação de jovens para tecnologia, vendas e precificação, elaboração e execução de projetos;
- Formação de lideranças;

**6) Responsabilidades do Estado**

- Plano de gestão territorial para quilombolas;

- Poços artesianos e saneamento;
- Segurança hídrica;
- Construção e manutenção de pontes e estradas;
- Sinalização de estradas;
- Transporte público para cidade;
- Unidades de saúde e transporte;
- Saúde da população frente aos impactos da mineração;
- Construção e permanência de escolas nos territórios (ensino fundamental e médio);
- Aumento da vigilância no licenciamento para mineração;
- Ampliação dos programas de moradias para as comunidades quilombolas;
- CAR quilombola;
- Melhora de energia elétrica nos territórios;
- Criação de lei estadual específica para regularização fundiária e de regularização de licenciamento ambiental (DDLA);
- Melhora da aplicação da legislação do CATRAPOVOS;
- Articulação com municípios para atender as demandas

Observou-se a sugestão de nomenclatura desta fase do processo como “escuta ativa”.

#### **REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS**

Abaixo seguem os representantes escolhidos para participarem da audiência pública. Em virtude de possíveis intercorrências, os presidentes das associações escolheram titulares e suplentes, sendo que os suplentes serão acionados caso o titular não possa comparecer na audiência pública.

##### **Titulares:**

- Darleno Avelino dos Santos (Comunidade Lajinha)
- Claudinei A. Gonçalves (Comunidade Riachão)
- Eliene F. C. de Almeida (Comunidade São Joaquim)
- Miguelanes Crisostones Valadares (Comunidade Poço Dantas)

##### **Suplentes:**

- Bruna Santos Araújo de Jesus (Palmas)
- Domingos Bispo Martins (Comunidade Lajeado)
- Lourenço Gonçalves de Almeida
- Ducilene Cardoso

#### **Avaliações e resultados da oficina**

De acordo com as impressões dos participantes, a oficina foi avaliada de forma positiva (conforme registro fotográfico abaixo).

Os objetivos sugeridos no primeiro dia foram alcançados, com a abordagem de todos os temas propostos sendo: definição das ações consideradas importantes e a escolha dos representantes para a audiência pública.

Importante ressaltar que apesar dos esforços empregados para participação de

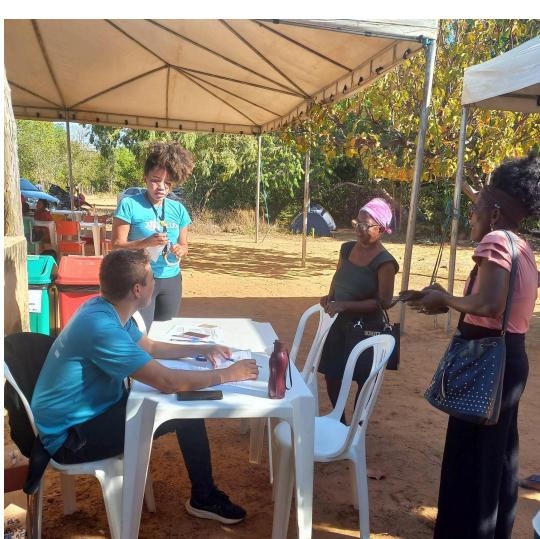
todas as comunidades da regional sudeste 01, a comunidade Brejão não conseguiu estar presente na oficina participativa, pois houve o falecimento de uma anciã.

## RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

**DIA 01: SEXTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2025**

	
Credenciamento	Boas-vindas dos presidentes das associações aos participantes

**DIA 02: SÁBADO, 23 DE AGOSTO DE 2025**

	
Credenciamento	Dinâmica de abertura



Apresentação conteúdos

Discussões em grupos



Discussões em grupos



Apresentações das discussões em grupo

**DIA 03: DOMINGO, 24 DE AGOSTO DE 2025**





Definições das ações importantes



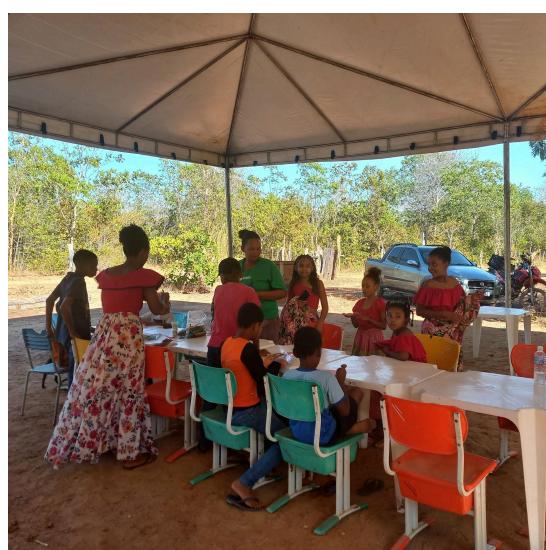
Definições das ações importantes



Assinatura “Ajuda memória” e entrega dos certificados



Avaliação da oficina



Recreação



Facilitação gráfica